

## **Planos de aula da exposição *Moçambique: independência e nação no acervo do AEL***

**Autores:** Guilherme Silva, Jéssica Cristina Rosa, Matheus Serva Pereira e Talita Favrin de Souza<sup>1</sup>

### **Apresentação**

A promulgação da lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB) tornando obrigatório o ensino de História da África e da História da Cultura Afro-brasileira, posteriormente reformulada pela lei 11.645/2008, são sinais de um novo lugar político e social dos movimentos negros e de áreas acadêmicas das universidades que pautaram suas lutas na denúncia do racismo. Esses avanços fazem parte também de um processo que começou a ser implementado pelas normatizações estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) a partir do final da década de 1990. Tendo como objetivo regular o exercício do ensino fundamental e médio no país, noções como as de cultura, diversidade cultural, identidades e relações étnico-raciais começaram a se fazer cada vez mais presentes nas políticas educacionais brasileiras. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de 1998, a lei 10.639/03 e as diretrizes para a sua implementação estabelecidas em 2004, representam uma vontade e um esforço de democratização e correção de desigualdades históricas da sociedade brasileira.

No entanto, a aprovação da lei 10.639/03 gerou inquietações e dúvidas no meio acadêmico e escolar. Era consenso que o campo da História da África, mais do que o da História da Cultura Afro-brasileira, havia sido negligenciado no processo de formação de professores. A lei deixava claro o que os especialistas brasileiros em História da África vinham alertando desde muito tempo: tínhamos “esquecido” de estudar a África. A maioria dos professores que lecionam História na Educação Básica e Fundamental no Brasil não tiveram ou tiveram muito pouco de História da África em suas formações. Essa deficiência na formação corresponde muitas vezes a uma perpetuação em sala de aula de imagens estereotipadas e homogeneizadoras do continente africano.<sup>2</sup> Como aponta

---

<sup>1</sup> Guilherme Silva (Bacharel e Licenciado em História - Unicamp), Jéssica Cristina Rosa (Bacharel e Licenciada em História - Unicamp), Matheus Serva Pereira (Doutor em História Social da África - Unicamp. Investigador no ICS-Ulisboa, vinculado ao projeto “Arquivos coloniais nativos: micro-histórias e comparações”, PTDC/HAR- HIS/28577/2017) e Talita Favrin de Souza (Graduada em História - Unicamp).

<sup>2</sup> SANTOS, Lorene dos. “Ensino de História e a Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática”. In: *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v.12, n.17, 2º sem. 2011.

Anderson Oliva, até os anos 1990 a História da África nos currículos e nos livros escolares brasileiros pode ser considerada insignificante.<sup>3</sup>

Quando da inauguração da exposição “Moçambique: independência e nação no acervo do AEL” e da confecção dos planos de aula aqui apresentados, o novo cenário político brasileiro, inaugurado com a eleição, em 2018, de um quadro executivo altamente contrário as noções de direitos humanos correlatos as lutas antirracistas, indica um perigoso retrocesso. Segundo Hebe Mattos, ensinar História da África as alunas e alunos brasileiros é uma das principais maneiras de romper com a estrutura eurocêntrica que caracteriza a formação escolar do país.<sup>4</sup> O que fica evidente é que a reeducação étnico-racial por meio da abordagem de culturas negadas ou silenciadas nos currículos deve ser compreendida exatamente como uma forma de combater as desigualdades históricas de nossa sociedade. Nesse sentido, no âmbito da promoção de materiais escolares capazes de auxiliar professoras e professores de História do ensino fundamental e médio no Brasil, a equipe da exposição “Moçambique: independência e nação no acervo do AEL”, disponibiliza, em sua versão virtual, imagens e textos que poderão ser empregados como recursos didáticos. Exemplificando essas possibilidades, encontram-se, a seguir, dois planos de aula que aprofundam temáticas apresentadas na exposição: “Nacionalismo(s) no plural: a construção da nação em contextos africanos” e “Mulheres na luta por Independência”.

## **PLANO DE AULA 1: Nacionalismo(s) no plural: a construção da nação em contextos africanos**

**Público:** 8º ano EF II (baseado no Currículo do Estado de São Paulo) - ideologias século XIX

**Ementa:** Este plano de aula, a ser desenvolvido em 100 minutos, é voltado para o 8º ano do Ensino Fundamental II. Por meio de fotos e trechos de publicações realizadas pelo

---

<sup>3</sup> OLIVA, Anderson Ribeiro. “A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006)”. In: *História* (São Paulo), vol. 28, núm. 2, 2009, p.143-172.

<sup>4</sup> MATTOS, Hebe Maria. “O ensino de história e a luta contra a discriminação no Brasil”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Faperj; Casa da Palavra. 2003, p.127-136.

governo independente de Moçambique, o objetivo é de compreender a construção da nação no país durante os primeiros anos do pós-independência.

**Resumo:**

Problematizar as concepções sobre a formação da Nação, enfocando na experiência histórica dos Nacionalismos africanos do século XX e, em particular, do estudo do caso moçambicano pós-independência, enfatizando a construção da ideia de nação a partir da luta contra a presença colonial portuguesa. Em um segundo momento, analisar a construção da identidade nacional moçambicana, por meio de símbolos e discursos, rompendo com uma visão única a respeito dos movimentos pela libertação e de construção da nação no continente africano. Por último, questionar a visão comumente utilizada nos currículos escolares da formação dos nacionalismos como experiências europeias do século XIX, apresentando a multiplicidade de possibilidades no processo de construção das nações.

**Duração:** 2 aulas (50 minutos cada)

**Requisitos:** a aula é voltada para alunos do 8º ano que estejam estudando o nacionalismo e as ideologias do século XIX, construídas na Europa durante este período.

Os materiais são:

- Projetor Digital;
- Cópias digitais ou impressas das imagens do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), que podem ser encontradas no site da exposição *Moçambique: independência e nação no acervo do AEL* e outras imagens presentes neste plano de aula.

**Objetivos gerais:**

- Utilizar o recurso de análise de imagens para discutir contextos históricos e pautas políticas;
- Utilizar fontes e documentos históricos como exercício para a construção coletiva do conteúdo sobre História em sala de aula;
- Problematizar a ordem cronológica convencional, apresentando outras formas possíveis de refletir sobre as mudanças e conceitos políticos, em especial ao debate sobre Nação e Nacionalismo ao longo da História;

- A partir do caso moçambicano, estudar o exemplo do nacionalismo em contextos africanos compreendendo-os como mais uma forma possível, dentre muitas existentes, da construção dos Estados nacionais.

### **Objetivo específico:**

- A partir da compreensão da experiência moçambicana no século XX, busca-se repensar o estudo da construção da Nação, apresentando outras experiências históricas diferentes dos casos europeus;
- A fim de problematizar a perspectiva uniformizante referente aos movimentos pela libertação e de construção do Estado-Nação na África, objetiva-se expor as especificidades do caso moçambicano pela Independência, apresentando a construção da Nação e da identidade nacional moçambicana como processos relacionados a luta contra a presença colonial portuguesa, o rompimento com o passado colonial e os “tribalismos” e o alinhamento político-ideológico do governo moçambicano pós-independente com as teorias marxista-leninistas.

### **Roteiro de desenvolvimento do conteúdo:**

#### *1 - Atividade oral envolvendo a classe (10 minutos):*

O objetivo dessa primeira atividade é mapear o conhecimento dos alunos sobre nacionalismo e qual a imagem que eles têm sobre o assunto.

Como opção inicial, o/a professor/a pode organizar a turma em forma circular e mediar um diálogo a partir de alguns questionamentos. Cabe lembrar que essas são algumas sugestões:

- O que é Nacionalismo?
- É preciso que exista nacionalismo para a manutenção do país?
- Como o nacionalismo influencia na sua vida? Como já influenciou na história do país?

#### *2 - Pensar os nacionalismos e a experiência europeia (20-30 minutos):*

O objetivo é de refletir sobre a genealogia do conceito “nacionalismo”. Sobre suas variadas definições ao longo do tempo.

No pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), de acordo com Paredes (2014), a ONU estabeleceu a noção de que cada Nação deveria ter um Estado. Essa definição está relacionada com o processo de independência dos países asiáticos e africanos ocorridos a partir dos anos 1950. Nesse tópico, sugere-se que o/a professor/a trabalhe com os/as alunos/as a controvérsia em torno das ideias de *nação*, *nacionalismo* e *Estado-nação*, tendo em vista a necessária desnaturalização desses conceitos, enfocando os processos históricos de suas construções e que assumem formas distintas no tempo e no espaço, sendo reinventados cotidianamente em constante processo de disputa (MACAMO, 1996).

#### **Símbolo, nacionalismo e suas mudanças ao longo do tempo**

Uma maneira de inserir esse debate ao cotidiano de alunos/as é por meio da história da camisa da seleção brasileira de futebol. Um símbolo da nacionalidade do país transformou-se ao longo do século XX. Até a Copa do Mundo de 1950, o Brasil jogava com uma camisa branca, mas, com a histórica derrota contra o Uruguai, houve um concurso para uma nova camisa, ganhando a amarela (ou “canarinho”). Assim, um dos maiores símbolos da nação brasileira hoje em dia foi construído a partir de um trauma para a nação e por meio de um concurso. Os vários modelos da camisa da seleção brasileira de futebol podem ser vistos em: <http://app.globoesporte.globo.com/copa-do-mundo/camisas-da-selecao/index.html>. Consultado em 01 de março de 2019.

### *3 - Discutindo símbolos da nação Moçambicana. (15 minutos)*

A construção da ideia de que os espaços geográficos do mundo são divididos por nações passou pela criação e disseminação de símbolos que reforçam suas existências enquanto entidades políticas independentes que controlam um determinado território e, sobretudo, uma cultura. No caso moçambicano, a utilização de imagens que retratam essa pertença passou pelo reforço da imagem da bandeira moçambicana e da construção de seus heróis nacionais. A proposta da atividade é analisar algumas imagens que indicam esse processo de modo a pensar como símbolo e nação são elementos que caminham juntos para a produção de um Estado-nação independente.

Os seguintes questionamentos podem ser levantados:

- A partir dessas imagens, produzidas logo após a independência moçambicana, em 1975, quais elementos nos permitem associá-las ao nacionalismo?
- Como esses elementos apontam para uma ideia de nação?
- A bandeira moçambicana possui a peculiaridade de ser uma das poucas no mundo com a representação gráfica de uma arma. Qual seria o motivo da existência dessa imagem no principal símbolo da nação? Como isso se relaciona a construção de alguns heróis nacionais, como Eduardo Mondlane, Samora Machel e Josina Machel?

### **Eduardo Mondlane, Samora Machel e Josina Machel: lideranças da independência de Moçambique**

Eduardo Chivambo Mondlane nasceu em 1920, em Manjacaze, Sul de Moçambique. Começou seus estudos como aluno na missão presbiteriana suíça, que atuava na região desde a segunda metade do século XIX. Continua seus estudos em outros países, como na África do Sul, Portugal e Estado Unidos, onde obtém seu doutorado. Como funcionário das Nações Unidas e professor universitário, destaca-se nos debates sobre as independências na África. No início da década de 1960, com o apoio de Julius Nyerere, então presidente da Tanzânia, lidera a união de diferentes movimentos independentistas em uma única sigla, à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Morre em 03 de fevereiro de 1969, ao abrir uma carta bomba produzida pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), na época principal órgão de repressão político do Estado português. Seu livro, “Lutar por Moçambique”, publicado após sua morte, é um marco explicativo de como funcionava o sistema colonial português no país e apontava para algumas de suas ideias para o desenvolvimento projetado para depois da independência. O dia 03 de fevereiro é, atualmente em Moçambique, o dia dos Heróis Moçambicanos.

Samora Moisés Machel nasceu em 1933, em Chilembene, Sul de Moçambique. Estudou na infância e juventude em escolas comandadas pela igreja católica. Quando adulto, já em Lourenço Marques, atual Maputo, capital de Moçambique, conseguiu tornar-se enfermeiro. Com o avançar da causa nacionalista moçambicana promovidos pelos movimentos existentes na Tanzânia, Samora Machel foge para esse país. Após um treinamento militar na Argélia, consegue subir rapidamente na hierarquia da FRELIMO. Após o assassinato de Eduardo Mondlane, assumiu a liderança do movimento. Com a independência de Moçambique, Samora Machel tornou-se o primeiro presidente do país, ficando no cargo até sua morte, em 1986. Conhecido por seus poderosos discursos, suas ideias tiveram um papel central no processo de construção da nação moçambicana. Elevado à categoria de herói nacional no pós-independência, sua imagem embaralhou-se com a da nação. O período em que esteve como presidente é conhecido popularmente como o "Tempo Samora". Em outubro de 1986, o avião que o levava, com ministros moçambicanos e alguns de seus colaboradores, caiu sem deixar sobreviventes. Sua morte marcou o final

de um período iniciado com a formação da FRELIMO, em 1962, a guerra armada contra o colonialismo português, a partir de 1964, a independência, em 1975, e a adoção do marxismo-leninismo como ideologia oficial de Estado, em 1977.

Josina Machel, com nome de solteira de Josina Muthemba, nasceu em 1945, em Inhambane, Sul de Moçambique. Emigrou para a Tanzânia nos anos 1960 com o objetivo de ingressar na luta armada contra o regime colonial português. Sua atuação como guerrilheira da FRELIMO esteve sempre relacionada a luta por direitos iguais entre homens e mulheres. Participou da criação do Destacamento Feminino da FRELIMO. Casou com Samora Machel em 1969. Faleceu em abril de 1971. Sua atuação é reconhecida hoje como fundamental para a valorização da participação feminina na luta pela independência de Moçambique.



S.t.; s.d.  
Cena do filme 25.  
Fundo Teatro Oficina (AEL).  
Fotografia 01852.  
Moçambique.



S.t.; s.d.  
Cena do filme 25.  
Fundo Teatro Oficina (AEL).  
Fotografia 01904.  
Moçambique.



S.t.; s.d.  
Cena do filme 25.  
Fundo Teatro Oficina (AEL).  
Fotografia 01893.  
Moçambique; Maputo



S.t.; s.d.  
Cena do filme 25  
Fundo Teatro Oficina (AEL)  
Fotografia 01872  
Moçambique



“Enterro Presidente Samora Machel”, 1986. Fotografia de Alvaro Lima (Agência de Informação de Moçambique - AIM).  
Fundo Voz da Unidade (AEL).  
Fotografia 00961  
Moçambique, Maputo.



Bandeira oficial de Moçambique

In: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Simbolos-Oficiais/A-Bandeira-Nacional>, consultado em 17 de janeiro de 2019.

Segundo o site oficial do governo de Moçambique, a atual bandeira do país, vista na imagem acima, possui o seguinte significado:

“Tem cinco cores: vermelho, verde, preto, amarelo dourado e branco. As cores representam:

- vermelha – resistência secular ao colonialismo, a luta armada de libertação nacional e a defesa da soberania;
- verde – as riquezas do solo;
- preta – o continente africano;
- amarela dourada – as riquezas do subsolo;
- branca – a justiça da luta do povo moçambicano e a paz.

De cima para baixo estão dispostas horizontalmente a verde, a preta e a amarela dourada alternados por faixas brancas. Do lado esquerdo a vermelha ocupa o triângulo no centro do qual se encontra uma estrela, tendo sobre ela um livro ao qual se sobrepõem uma arma e uma enxada cruzadas.

A estrela simboliza o espírito de solidariedade internacional do povo moçambicano. O livro, a enxada e a arma simbolizam o estudo, a produção e a defesa”.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> In: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Simbolos-Oficiais/A-Bandeira-Nacional>. Consultado em 17 de janeiro de 2019.

#### 4 - *Repensando a História Moçambicana*. (20 minutos)

Exposição oral do professor explicando a independência moçambicana e a construção da nação.

A construção de uma nação é um processo complexo que é produzido a partir de uma relação com o passado e com os conflitos por esquecimentos e lembranças contidos nas narrativas sobre a projeção de um tempo futuro. Em Moçambique, isso não é diferente. Ainda que haja eventos de valorização das culturas e línguas moçambicanas endógenas (MACAMO, 1996), é inegável que o processo de criação de uma identidade nacional naquele país passou pelo apagamento de identidades étnicas do quadro institucional. Esse processo foi marcado pelo objetivo propalado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), grupo vitorioso na luta contra o colonialismo português e que assumiu para si a construção do Estado independente. Na leitura dos contemporâneos desse processo, recontar o passado por meio de uma crítica ao colonialismo português e pela defesa de uma identidade nacional unívoca contrária a pluralidade étnica, era entendido como um mecanismo de transformação de Moçambique em uma nação independente e moderna. Segundo Marçal Paredes (2014):

Tendo em vista o caso africano, a relação é inversa à europeia: o nacionalismo na África é considerado como o promotor da modernização das sociedades (e não seu resultado, como no caso europeu). Esta consideração é da mais alta valência, na medida em que descortina o caráter de promoção de novos parâmetros de organização social inseridos no contexto pós-independência. Assim, as “novas” nações africanas teriam mais um apelo ao futuro a ser construído do que um passado a ser preservado. (PAREDES, 2014, p. 139)

Existe, portanto, uma dupla negação: primeiro, ao passado colonial português; segundo ao passado “tradicional” africano que acabou por estar fora de lugar no projeto de modernização moçambicano (PAREDES, 2014, p. 146). Para concretizar esse objetivo, em meados dos anos 1970, foi necessário que as pessoas estivessem engajadas, de uma determinada maneira específica, na construção da nação, passando, conseqüentemente, pela construção de uma nova narrativa sobre o passado moçambicano. Era preciso abandonar os símbolos colonialistas e os “tradicionalistas”, definidos pelo linguajar da época como “tribalismos”. Segundo Mariani (2012):

não bastava à revolução romper violentamente com o passado colonial e abrir espaço para transformações sociais e econômicas: era necessário investir em

outra forma de subjetivação, uma forma africana, ou melhor, uma forma moçambicanizada que abandonasse de vez as políticas de assimilação portuguesas (MARIANI, 2011a, 2011b; CABAÇO, 2009), ou seja, políticas que forçavam uma identificação com discursos europeizantes. Esse termo - moçambicanizar – para além de ser uma inovação lexical dos revolucionários, mostra que, mais do que uma luta entre o velho e o novo, a moçambicanidade ou moçambicanização representa, naqueles momentos finais de luta e iniciais de libertação nacional, a luta por uma subjetivação outra para o homem moçambicano, uma subjetivação que não tem como apagar totalmente o passado colonial, nem quer se desfazer das tradições tribais com suas formas linguísticas e culturais específicas, mas que pretende, além de fazer a história falar vozes silenciadas, propor outras maneiras de organização social. (MARIANI, 2012, p.65)

Os documentos selecionados a seguir, elaborados em 1975, refletem, ao mesmo tempo que inferem, esse contexto. Essas imagens podem ser analisadas em conjunto com a turma, cabendo ao/à professor/a direcionar o debate para os elementos que compõem as imagens e como eles dialogam com a história de libertação moçambicana da dominação colonial portuguesa.



Trecho do cartaz do filme “25”.

S.t.; s.d.; s.a.

“25”

Fundo Teatro Oficina (AEL).

Cartaz 00110

Moçambique.



S.t.; s.d.  
Cena do filme 25.  
Fundo Teatro Oficina (AEL).  
Fotografia 01877  
Moçambique.



S.t.; s.d.  
Cena do filme 25.  
Fundo Teatro Oficina (AEL).  
Fotografia 01828  
Moçambique.

5 - *Discutindo os posicionamentos políticos dos partidos de libertação. (15 minutos)*

Exposição oral do professor, intercalada com debates, para discutir as escolhas políticas na construção da identidade nacional moçambicana

No acervo de fotografia da exposição “Moçambique: independência e Nação no acervo do AEL” há diversas imagens com passeatas e cartazes, onde estão registradas palavras de ordem que remetem à ideologia defendida pela FRELIMO, sobretudo após 1975. A proposta de atividades é analisar o conteúdo dessas fotografias de modo a discutir sobre as pautas políticas e o alinhamento político-ideológico da FRELIMO com as teorias marxista-leninistas, em um contexto marcado pela Guerra-Fria e pelos percalços específicos da conjuntura moçambicana. Como:

- Durante a Guerra-Fria muitos países se aliaram aos países capitalistas, como EUA, e outros aos países socialistas, como a União Soviética. A partir das imagens qual foi o posicionamento de Moçambique?
- Nas imagens, quais são as pautas políticas levantadas pelos cartazes?
- O símbolo carregado pelos soldados na passeata tem como composição uma arma, uma foice, um livro e uma estrela, todos dentro de uma engrenagem. Esse símbolo fez parte da primeira bandeira oficial de Moçambique, como país independente, durante o período de 1975 a 1983. De que forma esses símbolos representam os posicionamentos políticos de Moçambique? Como eles se articulam com a história da luta de libertação pelo qual passou o país?



S.t.; s.d.  
Cena do filme 25.

Fundo Teatro Oficina (AEL).  
Fotografia 01892  
Moçambique.



S.t.; s.d.  
Cena do filme 25.  
Fundo Teatro Oficina (AEL).  
Fotografia 01889  
Moçambique.



S.t.; s.d.  
Cena do filme 25.  
Fundo Teatro Oficina (AEL).  
Fotografia 01891  
Moçambique.

*Bibliografia comentada:*

PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, dez. 2014, p. 131-161

*Em contraposição às leituras generalistas sobre as independências africanas, o texto apresenta uma análise dos projetos políticos, ideológicos e identitários para a construção da nação moçambicana, evidenciando os processos históricos de apropriações e exclusões de consolidação de um projeto de nação que passou pelo erigir de um novo indivíduo, com características que condissessem com o projeto da Frelimo no pós-independência, designado como “homem novo”.*

MACAGNO, Lorenzo. “Fragmentos de uma imaginação nacional”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 24, nº 70, junho/2009, pp. 17-30.

*O texto identifica os elementos que compõem o “homem novo” moçambicano, analisando as disputas religiosas, culturais e ideológicas no processo de construção da identidade nacional. Para isso, traça um histórico dos alinhamentos políticos-ideológicos da FRELIMO entre 1970 e 1991, ano em que rompem com o marxismo-leninismo. O autor aponta para formação de um imaginário moçambicano que concebe a Samora Machel, líder da FRELIMO quando da independência e primeiro presidente moçambicano, enquanto importante agente nesse processo, adquirindo para si um caráter quase místico.*

MACAMO, Elisio. “A nação moçambicana como comunidade de destino”. In: *Lusotopie*, 1996, pp. 355-364

*O autor apresenta uma visão diferente dos dois autores referenciados em relação à FRELIMO e suas escolhas quanto a construção da nação. Ainda que se proponha a uma visão crítica do partido, vê positivamente algumas escolhas. É um autor moçambicano importante e vale a leitura, inclusive para algumas discussões sobre nação.*

MARIANI, Bethania. “Discurso revolucionário moçambicano e a escrita do homem novo”. In: *Via Atlântica*, São Paulo, N. 21, 59-74, JUL/2012, p. 59-74

*Texto sobre a construção do “homem novo”, da “nova sociedade” e dos conceitos forjados pela FRELIMO no processo de construção da identidade nacional. Analisa*

*folhetos da própria FRELIMO criticamente e pode ser utilizado como ferramenta para ajudar o professor na análise dos documentos.*

*Bibliografia Complementar:*

CABAÇO, José Luís. “Trabalho, colonialismo e pós-colonialismo em Moçambique”. In: CASTELO, Claudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz (Orgs.) *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

*Texto panorâmico sobre as relações de trabalho durante o colonialismo e o pós-colonialismo. O autor participou ativamente dos processos de independência e da formação da nação moçambicana, carregando em seu texto de interessantes relatos memorialísticos. Auxilia na nossa compreensão da importância da exploração do trabalho em contextos africanos e as rupturas e continuidades entre os períodos históricos.*